

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Trânsito

O alerta levantado no Ministério dos Transportes, na semana passada, de que pode faltar asfalto, deve favorecer o mercado de concreto para pavimentação de rodovias. O governo federal analisa a viabilidade da adoção, e o setor afirma que tem condição de suprir a necessidade. "A indústria de cimento tem total capacidade para atender às demandas do produto", afirma Paulo Camillo Penna, presidente da ABCP (que reúne nomes como Votorantim e Interceмент).

PNEU Em reunião com o ministro Renan Filho, na semana passada, para tratar dos esforços para a manutenção dos principais corredores de escoamento da safra, foi levada a preocupação com o mercado de distribuição do asfalto depois do anúncio de um investimento de R\$ 1,7 bilhão feito pelo governo Lula para obras rodoviárias no plano dos primeiros cem dias da gestão.

PLÚLULA O parentesco entre um dos diretores da Anvisa e o novo presidente da PróGenéricos (fabricantes de genéricos) voltou a repercutir no órgão neste fim de semana. A Univisa (associação de servidores da Anvisa) divulgou comunicado em que critica o parentesco de Daniel Meirelles Pereira, responsável pela 5ª Diretoria da Anvisa, e seu irmão Thiago Meirelles, que assumiu o comando da PróGenéricos no início do ano.

FAMÍLIA "A escolha do novo presidente da PróGenéricos, para além de impossibilitar a atuação de um diretor da Anvisa na regulação de medicamentos, ao lançar holofotes sobre a função de seu irmão, gerando suspeitas de conflito de interesse sobre todas as decisões da Agência que envolvam medicamentos, surpreende ainda pelos prejuízos que pode acarretar à própria política de genéricos e, portanto, ao acesso da população a medicamentos", dizem os servidores no documento.

CONTÁGIO O presidente do CFM (Conselho Federal de Medicina), José Hiran da Silva Gallo, enviou nesta segunda (13) um ofício à Anvisa criticando a manutenção do uso de máscaras para diminuir casos de Covid. No documento, ele trata a proteção como ideologia e diz que o descarte pode gerar problema ambiental.

TOSSÉ A Anvisa regula o uso de máscaras apenas nos aeroportos. No texto ao órgão, Gallo diz que não há evidências de proteção e sim de agravos à saúde de tripulantes. "O uso de máscaras como sinalização de virtude ou como medida de sensação de pertencimento social jamais podem ser impostas a pessoas que não compartilham de tais ideologias ou comportamentos", diz Gallo no ofício.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES



BOLETO Entidades que representam as operadoras de plano de saúde afirmaram que o preço do serviço pode disparar depois que a ANS (agência reguladora do setor) aprovou a incorporação do Zolgensma, da Novartis, no rol de medicamentos com cobertura. O preço máximo do remédio definido pela Cmed (câmara de regulação de medicamentos) supera R\$ 6 milhões.

ESTETOSCÓPIO O produto é usado no tratamento de crianças com até seis meses diagnosticadas com Atrófia Muscular Espinhal tipo 1. "Em um mercado em que existem quase 700 operadoras, 21% delas não faturam esse valor no ano [somados os impostos]", diz Vera Valente, diretora da Fenasaúde (que reúne nomes como Amil e SulAmérica).

BOLSO Alessandro Acayaba de Toledo, presidente da Anab (administradoras de benefícios), também diz que a incorporação do Zolgensma pode levar à instabilidade financeira de algumas operadoras. "Se pega uma operadora pequena que tenha uma aplicação de um medicamento desse sem ter uma sustentação financeira muito boa, esse valor acaba sendo repassado para os consumidores", afirma.

EXPEDIENTE O senador Paulo Paim (PT-RS) retornou um projeto para permitir a desaposentadoria dos trabalhadores no país. O texto foi arquivado em 2014, no primeiro mandato de Dilma. Segundo Paim, a ideia é fornecer aos aposentados uma forma de recuperar a renda e, posteriormente, fazer um novo pedido de aposentadoria ao INSS.

CONTA Na época em que foi envagado, o texto sofreu forte oposição do próprio governo. Os parlamentares da base argumentavam que havia um rombo no INSS, já que, em tese, o trabalhador conseguiria aumentar o subsídio quando retornasse à condição de aposentado.

PONTEÁEREA Frederico Trajano, CEO do Magalu, foi a RJ para apresentar, nesta segunda, a estratégia da companhia para um grupo de 25 executivos e presidentes de empresas investidas pelo PIF, fundo soberano da Arábia Saudita.

Mudar meta de inflação teria efeito contrário ao desejado, diz Campos Neto

Presidente do BC afirma que fará tudo o que estiver ao seu alcance para aproximar a autoridade monetária do governo

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta segunda-feira (13) que a autoridade monetária discorda de uma mudança nas metas de inflação e que uma revisão dos alvos a serem perseguidos pela instituição neste momento teria o efeito contrário ao desejado sobre os juros.

Campos Neto sinalizou também a necessidade de ter boa vontade com o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e disse que fará tudo o que estiver ao seu alcance para aproximar o BC da gestão petista.

"Se a gente fizer uma mudança agora, sem um ambiente de tranquilidade e um ambiente onde a gente está atingindo a meta com facilidade, o que vai acontecer é que você vai ter um efeito contrário ao desejado. Ao invés de ganhar flexibilidade, você pode terminar perdendo flexibilidade", afirmou no programa Roda Viva, da TV Cultura.

Para Campos Neto, não existe ganho de credibilidade com a revisão das metas. "No final das contas, você vai ter uma expectativa de inflação que não só vai para a meta nova como vai ganhar um prêmio maior ainda", acrescentou.

O presidente do BC defendeu um "aprimoramento" do sistema de metas, sem dar detalhes, alegando ser um "tema sensível, que mexe com o mercado".

A expectativa sobre uma mudança nas metas de inflação foi gerada por uma entrevista de Lula, que considerou exagerados os patamares atuais e defendeu 4,5%, o mesmo nível fixado em seus dois primeiros mandatos.

As atuais metas são 3,25% em 2023 e 3% em 2024 e 2025, com margens de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. O alvo foi classificado como "inexecutável" pela presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, em entrevista à Folha.

A meta de inflação é definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), formado pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), além de Campos Neto.

A primeira reunião do CMN sob o governo Lula está prevista para quinta (16). Até o momento, a discussão das metas não está na pauta. Na

impede que o tema venha a ser incluído pelo colegiado.

O assunto costuma ser tratado nas reuniões de junho,



O presidente do BC, Roberto Campos Neto, no Roda Viva, nesta segunda. Nadja Kouchi/TV Cultura

DIREÇÃO DO PT QUE PRESIDENTE DO BC SE EXPLIQUE NA CÂMARA
O diretório nacional do PT aprovou orientação para que Roberto Campos Neto seja chamado pela legenda para explicar, no Congresso, a política monetária do BC. "Tiramos a posição do PT para convocar o presidente do BC para fazer explicação ao Congresso. Afinal, ele está indo ao Roda Viva e outras TVs, é importante que ele vá também ao Congresso, disse a presidente do PT, Gleisi Hoffmann. Apesar da recomendação formal do diretório, o líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu, afirmou que a bancada não tem poder de convocação — e que seria feito um convite.

mas pode ser antecipado.

Em 2023, a previsão é definir a meta de inflação a ser buscada em 2026 e ratificar os alvos de anos anteriores. Tecnicamente, para alterar as metas já fixadas, será necessário o governo editar um decreto autorizando essa mudança.

O debate foi aberto enquanto a inflação projetada pelo mercado para 2023 no boletim Focus está em 5,79%, mais de um ponto percentual acima do teto do objetivo a ser perseguido pelo BC (4,75%). Isso representaria um estouro da meta pelo terceiro ano consecutivo. A inflação ficou acima do teto do alvo tanto em 2021 quanto em 2022.

Para 2024, período de maior relevância para a atuação do BC hoje, a expectativa do mercado para o IPCA subiu para 4% — já acima do alvo central (3%).

Além de se posicionar de forma contrária a uma mudança da meta, Campos Neto afirmou que não quis apoiar uma proposta no Congresso que o ajudaria na discussão e que faria tal alteração demandar unanimidade de votos no CMN (hoje é preciso apenas maioria simples).

"A gente tem que entender que o arcabouço que existe foi votado em lei, funciona e está sendo testado. É a primeira vez que a autonomia está sendo testada. E é importante não ter mudança de regra no meio do jogo nem para um lado nem para outro. Tenho que ser consistente com o que acredito em termos de arcabouço", disse. "O que importa é manter a estabilidade do arcabouço e ir aprimorando ao longo do tempo", afirmou. Com o temor de que os ju-

ros altos (hoje a taxa básica, Selic, está em 13,75% ao ano) comprometam o crescimento, Lula tem disparado críticas ao BC e defendido a mudança das metas a serem perseguidas sob justificativa oficial de que isso abrir espaço para antecipar início do corte de juros e incentivaria a atividade.

Campos Neto disse entender que existe pressão de Lula com a agenda social e fez sinalizações ao presidente. "O BC precisa trabalhar junto com o governo. Eu vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para aproximar o BC do governo", disse.

"É importante reconhecer a legitimidade do resultado das eleições, da eleição do presidente Lula, que foi feita de uma forma democrática. O Banco Central é uma instituição de Estado, precisa trabalhar com o governo sempre."

Apesar de o BC ter dobrado as referências à área fiscal em suas atas após a eleição de Lula, o presidente da autoridade monetária afirmou que a instituição não considerou em suas comunicações o atual governo mais gastador do que o anterior. Ele disse também que as mensagens do Copom não tinham cunho político, mas teor técnico.

"A dificuldade de controlar despesas está em diversos governos. Em nenhum momento existe uma opinião de que o governo do PT é mais gastador ou vai ter indisciplina, não existe isso", afirmou.

"Também fez referência a 'esforço' do Executivo para arquitetar uma nova regra fiscal que substituirá o teto de gastos, dizendo que ele deve trazer resultados positivos. Campos Neto concedeu a entrevista após sofrer uma série de ataques de Lula, que chamou os juros de "vergonha", a autonomia do BC de "bobagem" e atacou o presidente do BC, a quem se referiu como "esse cidadão".

Lula e aliados resgataram diferentes episódios para explorar a proximidade de Campos Neto com o bolsorismo, ampliando o desgaste do chefe da autoridade monetária. As críticas se acentuaram depois de uma imagem captada pela fotógrafa da Folha Gabriela Biló, em 10 de janeiro, mostrando que Campos Neto ainda era integrante de um grupo de WhatsApp chamado "ministros Bolsonaro".

Campos Neto justificou sua presença no grupo dizendo que tinha participação mais informativa e que fez amigos no governo anterior.

Novo sistema para fiscalizar ouro extraído de garimpo está em discussão, diz BC ao Supremo

BRASÍLIA O Banco Central disse, em manifestação enviada ao Supremo, que discute em conjunto com outros órgãos públicos um novo sistema de fiscalização que permita a rastreabilidade do ouro extraído de garimpo. O modelo em estudo inclui a "adoção de notas fiscais eletrônicas para as primeiras aquisições de ouro, que possibilitariam a supervisão dessa atividade".

Segundo a autarquia, os entes públicos, com participação do MPF (Ministério Público Federal), buscam encontrar soluções tecnológicas para que as transações com ouro re-

cém-extraído se tornem mais "transparentes e auditáveis".

Conforme mostrou a Folha, uma instrução da Receita Federal de 2021, alterada em 2010, que trata do ouro como ativo financeiro, diz que a nota fiscal deve ser emitida por instituição financeira ou cooperativa de garimpeiro autorizada pelo BC. Mas a norma também determina que esse documento, em pleno século 21, deve ser obrigatoriamente emitido em papel.

Nasmana passada, o ministro Gilmar Mendes solicitou informações à ANM (Agência Nacional de Mineração)

e ao BC sobre o tema. Ele é o relator de uma ação do autor do PV para questionar trecho da lei das DTVMs (Distritórias de Titulo e Valores Mobiliários) relativas à aquisição de ouro produzido em áreas de garimpo.

A DTVM é um elo fundamental na cadeia de legalização de ouro retirado de terras indígenas e áreas de reserva. É nessas empresas que o garimpeiro ilegal pode apresentar uma permissão de lavra forjada e sair com a nota fiscal que torna o produto legal para ser transportado e negociado. Nathalia Garcia

30% da produção de ouro no país é potencialmente irregular, segundo cruzamento de dados oficiais